

**Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe
trabalhadora no Brasil**

Marcelo Badaró Mattos*

Resumo

Nos últimos anos, uma série de pesquisas vêm revelando a necessidade de, nos estudos sobre os processos de formação da classe trabalhadora, em diversas regiões do país, atender-se para a centralidade da presença da escravidão e das lutas pela liberdade, particularmente na segunda metade do século XIX. Esta comunicação propõe-se a sintetizar algumas das consequências e das possibilidades abertas por tal viés de investigação histórica.

Abstract

This paper is focuses on the process of working class formation in Brazilian biggest cities, at the second half of the XIX century. The relation between “free” workers and slaves in the labor market and in urban life, as well as the exchanges of experiences of organization and class struggle between them, are the central matter of a recent academic debate that the paper try to resume.

Esta comunicação trata das recentes contribuições da historiografia social do trabalho na convergência entre estudos sobre a escravidão urbana na segunda metade do século XIX e pesquisas sobre os primeiros momentos do movimento operário. Através delas é possível superar a barreira cronológica de 1888 nas pesquisas sobre o processo de formação da classe trabalhadora. De forma a melhor apresentar tais contribuições, optei, neste texto, por apresentá-las não como um balanço bibliográfico tradicional, mas sim como uma síntese sobre a temática, a partir de referências a análises e fontes trabalhadas por diversos pesquisadores, aí incluídas minhas próprias pesquisas.

Começo resumindo uma história. Uma história de trabalhadores em padarias, entre 1876 e 1912, contada por um líder da categoria, João de Mattos, num manuscrito localizado entre os papéis apreendidos pela polícia política carioca nos anos 1930.

Ela começa em Santos, em 1876, quando trabalhava em padarias da cidade e organizou um “levante”, que ele explica ser como “as mesmas greves de hoje”. O levante organizado por João de Mattos foi uma paralisação das padarias da cidade, em meio à qual se deu a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. A fuga foi preparada, com a falsificação de cartas de alforria. (DUARTE, 2002, pp. 64-65). João de Mattos foi preso algum tempo depois, mas por falta de provas logo foi posto em liberdade.

* Professor Titular de História do Brasil da UFF. Pesquisa financiada pelo CNPQ.

Solto, rumou para a cidade de São Paulo, onde organizou outro “levante” bem sucedido, desta vez reunindo 11 ou 12 padarias da cidade, em 1877. Em 1878, chegou ao Rio de Janeiro. Com um número muito maior de padarias, para preparar um levante igual aos de Santos e São Paulo, João de Mattos e seus companheiros precisaram criar uma organização, o Bloco de Combate dos Empregados em Padarias. O Bloco tinha sede, estatuto e um lema – *Pelo pão e pela liberdade* – mas precisava funcionar clandestinamente, escondido sob a fachada de um “curso de dança”. Chegou a reunir mais de 100 associados, fez alguns levantes parciais e, em 1880, um novo “levante geral”. Os trabalhadores escravizados fugiram em direção a Barra do Piraí e João de Mattos acabou sendo novamente preso. Desta vez, foi defendido pelo propagandista da abolição e da República, Saldanha Marinho, conseguindo ser absolvido.

Porém, quando a escravidão foi abolida, em 1888, as lutas de João de Mattos e dos seus companheiros não foram dadas por terminadas. Afinal, como ele mesmo nos ensina, “em 1888 nós realizamos a maior vitória da nossa intransigente luta, ficando o caminho livre para os escravizados de fato e nós, os escravizados livres, até o presente entremos a lutar.” (idem, p. 70) Na nova fase das lutas dos padeiros, João de Mattos e seus companheiros organizaram, em 1890, uma associação com o objetivo de reunir recursos para comprar padarias para os próprios trabalhadores, livrando-se dos patrões. Era a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias no Brasil – cujo lema era *Trabalhar para nós mesmos* –, que reuniu cerca de 400 sócios, mas não deu certo.

Os problemas não os levaram a desistir das lutas e, em 1898 (ou 1893, segundo outras fontes), fundaram a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias – com o lema *Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade* – que tinha objetivos de auxílio mútuo. Esta Sociedade reuniu mais de mil associados, publicou o jornal *O Panificador*, organizou uma biblioteca, um centro de educação e acabou adquirindo finalidades de sindicato. Travou, assim, uma luta pelo descanso aos domingos e pela jornada de 8 horas de trabalho, recorrendo a abaixo-assinados às autoridades, que nada resolveram, pois, ainda segundo João de Mattos: “recorrendo a sociedade dirigente nada obtive, porque a política deles é uma e a dos dirigidos é outra.” (idem, p. 77)

Depois desses embates, no início do século XX, João de Mattos foi posto pelos donos de padaria em uma “lista negra”, não conseguindo mais se empregar neste setor. Os patrões também tentaram dividir o movimento, criando a Liga Federal dos Empregados em Padarias. No entanto, a lição de luta de João de Mattos deixou fortes marcas e, nos anos seguintes, a

Liga foi conquistada por militantes combativos, que unificaram a organização da categoria, filiaram mais de 4 mil trabalhadores e realizaram, em 1912 a primeira greve geral dos trabalhadores em padarias na cidade do Rio de Janeiro.

Por que o relato de João de Mattos e da trajetória de luta dos padeiros é importante para entendermos a formação da classe trabalhadora no Brasil? O processo de formação de uma classe só pode ser compreendido a partir das condições objetivas que opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção, exploram os que nada possuem. No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe. Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas.

Por isso a história de João de Mattos é tão significativa. Nela se revelam os elos entre os períodos anterior e posterior a 1888, no processo de formação da classe trabalhadora. Afinal, até meados dos anos 1850, o trabalho escravo dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, como também as principais cidades do país. Assim, o Rio de Janeiro possuía, em 1849 uma população total de 266.466 pessoas, sendo 155.854 livres (muitas das quais libertas, ou seja, ex-escravizadas) e 110.602 escravizadas. Com o fim oficial e a repressão ao tráfico negreiro, em 1850, este número decaiu nas décadas seguintes. Mas, em 1872, os trabalhadores escravizados ainda representavam quase 20% da população da capital do Império, somando 48.939 entre os 274.972 habitantes da cidade. Em Salvador, a população total da cidade era estimada em 66 mil pessoas em 1835, sendo 42% escravizadas.

Nestes centros urbanos, os trabalhadores escravizados estavam inseridos nas mais diversas atividades. Muitos eram alugados pelos seus senhores e um outro tanto era

constituído por escravos ao ganho. Nestas condições, trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras. Não poderia ser estranho, portanto, que compartilhando espaços de trabalho, circulação, moradia e lazer, esses trabalhadores – escravizados ou livres – também compartilhassem valores, hábitos, vocabulário, experiências enfim, inclusive de organização e de luta, ainda que as diferenças entre sua condição jurídica criassem distâncias significativas.

O que nos ajuda a entender que trabalhadores ditos livres se envolvessem com os principais protagonistas – os escravizados – na mais importante luta social da época, a luta pela liberdade. Em São Paulo, a rede de apoio aos caifazes incluía os ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos. Rede de solidariedade que chegava a envolver organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano. (QUINTÃO, 2002, p. 82)

Jornais abolicionistas registram o mesmo tipo de envolvimento operário com a causa da abolição no Ceará, província que impulsionou a retomada do movimento abolicionista, ainda em 1881. (*O Abolicionista*, nº 14 , 01/12/1881, ano II, p. 5.) No Rio de Janeiro, envolvimento semelhante seriam encontrados em vários grupos operários organizados. Como no caso dos operários do Arsenal de Marinha. Ou seja, os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação.

E se trabalhadores escravizados e livres compartilharam experiências de trabalho e de vida, além de valores, o fizeram numa troca de experiências que incluiu o compartilhamento de modelos e formas associativas, além de padrões de mobilização e luta. No que diz respeito às formas associativas, aos trabalhadores escravizados era proibida a associação coletiva, restando a clandestinidade a organizações que buscavam libertá-los, como o Bloco de Combate, lembrado por João de Mattos. Havia, entretanto, uma exceção, pois lhes era permitido pertencer a Irmandades, sociedades católicas que reuniam devotos de um santo padroeiro e que possuíam, além do objetivo de culto a este padroeiro, funções de apoio aos membros (“irmãos”), como o auxílio em caso de morte, para que a família custeasse o funeral. Para os escravos e libertos (ex-escravos) existiam Irmandades específicas, como as de N. Sra. Do Rosário, as de São Benedito, as de São Elesbão e Sta. Efigênia, entre outras. Mas também havia Irmandades organizadas por grupos de trabalhadores livres, como aquelas associadas a determinados ofícios especializados, que reuniam os artesãos (aqui chamados geralmente de artistas) de uma mesma profissão, sob a proteção de um santo padroeiro associado àquele

ofício. Era o caso das Irmandades de São Jorge, que reuniam os ferreiros, funileiros, latoeiros, etc; ou as de São Pedro, dos pedreiros; entre outras. Embora as irmandades negras não tivessem sido criadas com objetivos de luta pela liberdade – pelo contrário, foram instituídas pela Igreja para tentar converter os africanos e seus descendentes ao catolicismo, que justificou por séculos a escravidão –, acabaram em alguns momentos adquirindo o papel de espaço de aglutinação de abolicionistas (em São Paulo, os caifazes se reuniam e imprimiam seu jornal na Irmandade do Rosário).

Ao longo do século XIX os trabalhadores livres experimentaram outro tipo de associativismo que foi vedado aos escravizados. Trata-se da experiência com as associações de ajuda mútua – as mutuais – fundadas sem referência religiosa, com o objetivo de reunir em uma caixa comum as contribuições dos associados para auxiliá-los em momentos de doença, invalidez, morte, entre outros. Muitas mutuais tiveram um caráter profissional, reunindo trabalhadores do mesmo ofício, da mesma empresa ou de várias profissões aglutinadas. Entre as mutuais profissionais, algumas chegaram, a ir além dos limites de seus estatutos, como a Associação Tipográfica Fluminense, que em 1858 apoiou uma greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro. Entre as que aglutinavam vários ofícios, uma experiência interessante, também ocorrida no Rio de Janeiro, mas que gerou frutos de nomes semelhantes em muitas outras cidades, foi a da Sociedade Beneficente Liga Operária, fundada em 1871. Além de denominar-se operária, a Liga se propunha, segundo seus estatutos a reunir "todos os operários e artistas nacionais e estrangeiros" e apresentava entre os seus fins representar os interesses dos associados, só que de forma bem ampla, pois afirmava procurar "por todos os meios ao seu alcance, melhorar a sorte de todas as classes operárias".(*Estatutos da Sociedade Beneficente denominada Liga Operária*. p. 3.)

Os trabalhadores escravizados e os libertos nas cidades absorviam tais experiências, pois há registros de algumas tentativas de criação de mutuais de trabalhadores negros, como a Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, ou a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, de 1874. No mesmo ano de 1874 o Conselho de Estado (principal instância administrativa do Império) examinou o pedido de registro de uma Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amigos da Consciência”. Seus estatutos, como os das outras duas, eram muito semelhantes aos de qualquer mutual – prevendo auxílios para sócios doentes, viúvas, etc. –, mas com a diferença de definir que para ser sócio o candidato devia pertencer “a Nação Conga ou a qualquer outra porém africana”.(Arquivo Nacional, Conselho de Estado, *Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência”* (24 de Setembro de 1874), fl. 9.)

Os membros do conselho rejeitaram todos esses pedidos, alegando falhas técnicas nos processos, inabilitação dos responsáveis, ou o fato de que Nação Conga não era uma Nação, como as européias, e sim uma “horda de bárbaros”. Mas, o principal motivo, explícito no caso desta última, era o fato de que “intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com direito a admitir escravos, o que não é permitido pelas leis”.(idem, fl 2v)

Mesmo sendo proibidas, a existência dessas associações, ou das tentativas de criá-las demonstra a disposição de libertos e mesmo escravizados, em se apropriarem de formas de organização e solidariedade coletiva de trabalhadores ditos livres, que aos olhos dos homens de Estado não lhes eram adequadas.

E esta experiência associativa de escravizados e ex-escravos se desdobra para além da abolição. Um exemplo está na organização dos trabalhadores do porto no Rio de Janeiro. Na vigência da escravidão, o conjunto de variados trabalhos típicos do porto, como carregadores, estivadores, arrumadores, era predominantemente ocupado por trabalhadores escravizados. Entre as características comuns a esse conjunto estavam o “trabalho avulso” – ou seja, recebe-se por dia de trabalho e não há garantia de ser contratado todos os dias – e o fato de que a maioria das tarefas era executada por turmas de vários trabalhadores, normalmente coordenadas por um capataz, encarregado, ou “capitão”. Diante da dureza do trabalho, da insegurança em relação à contratação diária e do exercício coletivo das tarefas, criou-se no setor uma forte solidariedade entre os escravos que desempenhavam tais tarefas, sendo comuns os relatos de que em grupos eles economizavam recursos para comprar, um a um, a liberdade de seus parceiros de trabalho.

No início do século XX, quando começaram a surgir os primeiros sindicatos dos trabalhadores do porto, como a União dos Estivadores, ou a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, percebe-se que as continuidades em relação ao período da escravidão ainda eram visíveis. Entre os trabalhadores de trapiches (os armazéns da época) de café, por exemplo, seu sindicato, fundado em 1905, possuía um quadro social quase exclusivamente composto por trabalhadores negros e seus primeiros presidentes foram todos negros. Através de várias mobilizações e greves, os portuários do Rio conquistaram, ainda no início do século, o direito de organizarem, através dos sindicatos, a contratação das turmas de trabalhadores, garantindo um monopólio do trabalho no setor para os sindicalizados, e criando regras que buscavam distribuir de forma mais uniforme os dias de labuta pelo conjunto dos trabalhadores. (CRUZ, 2000, p. 252)

E não era uma experiência isolada. Em Pelotas e Rio Grande, as cidades gaúchas em que a presença escrava fora mais ampla, pelas atividades do porto e da charqueada, as primeiras organizações operárias tiveram, entre seus fundadores e organizadores, muitas vezes, lideranças negras, que também organizavam jornais, clubes e outras formas associativas de ex-escravos e seus descendentes, em condições de forte presença do preconceito racial. (LONER, 2001, p. 275)

Lembremos o lema da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias: *Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade*. Por isso, quando o relato de João de Mattos traça a história a trajetória das organizações coletivas de padeiros, do Bloco de Defesa – com fins de luta contra a escravidão – à Cosmopolita e à Liga Federal dos Empregados em Padarias – que passam a atuar com objetivos sindicais, podemos não estar lendo uma história “típica”, mas percebemos um campo de possibilidades associativas, que atravessa as lutas contra a escravidão e finca raízes importantes para a formação das organizações sindicais propriamente ditas.

Passando ao tema das ações coletivas, boa parte dos textos, de memórias ou de análises que localizam a primeira greve no Brasil, citam a greve dos compositores tipográficos dos três jornais diários que circulavam na capital do Império (a Corte), em 1858, como sendo a pioneira. Após meses reivindicando aos donos dos três principais jornais da Corte um reajuste em seus salários, numa conjuntura de alta dos preços, os compositores (os tipógrafos que compunham artesanalmente os jornais) resolveram recorrer à paralisação do trabalho a partir de 09 de janeiro de 1858. O mais interessante da greve é que dela há registros relativamente amplos, porque os grevistas, apoiados pela Imperial Associação Tipográfica Fluminense, fundaram o *Jornal dos Tipógrafos*, de circulação diária, que nas semanas seguintes apresentou os argumentos dos trabalhadores.

No *Jornal dos Tipógrafos* podemos encontrar manifestações preliminares de uma identidade de classe em construção, mesmo havendo afirmações claras de especificidade, ao se definirem como "artistas", que se "coligaram" por constituírem uma "classe mal retribuída nos seus serviços". Porém, também se afirma que "operários de diversas classes" encontravam-se em situação semelhante à dos tipógrafos e se reconheciam em seus atos. (*Jornal dos Tipógrafos*, Rio de Janeiro, 14/01/1858, p.1.)

Se a greve dos tipógrafos foi ou não a primeira greve de trabalhadores livres ou assalariados no Brasil, é difícil comprovar. Porém, chama a atenção que alguns dos mesmos memorialistas que a definem como a primeira greve brasileira tenham comentado outro episódio, ocorrido no ano anterior. Trata-se da paralisação do trabalho por parte de algumas

dezenas de trabalhadores escravizados do estabelecimento da Ponta da Areia, de propriedade de Mauá, noticiada pelo jornal *A Pátria*, de Niterói, em 26/11/1857, que dá conta de que demandavam o fim da violência contra companheiros de trabalho escravizados e foram prontamente reprimidos pela polícia local.

Sabe-se que o estabelecimento da Ponta da Areia, constituído de fundição e estaleiro organizados em muitas oficinas, era o maior empreendimento privado do gênero na época, contando com cerca de 600 operários, sendo aproximadamente um quarto deles escravizados. Sabemos também que muitos outros arsenais e fábricas de então empregavam grande quantidade de escravizados.

Aliás, naquele ano de 1857, em Salvador, os carregadores urbanos, em sua maioria escravizados que trabalhavam ao ganho, interromperam o trabalho para protestar contra uma nova legislação da cidade que os obrigava a pagar uma taxa e usar uma plaqueta de identificação. Organizados coletivamente para o trabalho, nos “cantos” em que se reuniam à espera da contratação, mostraram durante a paralisação uma forte capacidade de articulação e resistência que acabou por gerar uma revisão da legislação, atendendo ao menos parcialmente suas reivindicações. (REIS, 1988, p. 8).

Mesmo as greves, portanto, instrumento típico de reivindicação dos trabalhadores assalariados, foram em alguns momentos utilizadas como forma de luta pelos trabalhadores escravizados das cidades, apresentando demandas específicas, porém demonstrando que os intercâmbios de experiências entre os que viviam e trabalhavam nos mesmos espaços poderiam ter dimensões mais amplas do que o esperado pelos senhores e patrões.

Por tudo isso, espero ter demonstrado que a história do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil começa ainda durante a vigência da escravidão. Isto, porém, não significa dizer que a classe trabalhadora estava formada no Brasil antes da virada do século XIX para o XX.

O que se identificou aqui é que a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. E se a luta pela liberdade era o elemento central da luta de classes sob a vigência da escravidão, cujo protagonismo foi desempenhado pelos próprios escravizados, contando com o apoio de outros segmentos sociais à causa, particularmente dos trabalhadores livres em algumas de suas primeiras organizações, os valores forjados nesta luta passaram a fazer parte do arsenal compartilhado

pelos trabalhadores nas décadas seguintes, servindo mesmo de parâmetro para a avaliação das experiências e lutas subseqüentes.

Por isso, no relato de João de Mattos que abriu essa discussão, ao referir-se aos trabalhadores escravizados (ele não fala em escravos, pois não nasceram assim, foram escravizados por outros), ele os chama de “escravizados de fato”, contrastando-os não com “trabalhadores livres”, mas com os “escravizados livres”, porque para ele a luta pela liberdade não estava completa, já os trabalhadores assalariados possuíam, em suas palavras, apenas “o direito de escolher entre este ou aquele senhor”. (DUARTE, 2002, p. 71)

No início do século XX, este tipo de raciocínio estará presente muitas vezes nos discursos das lideranças operárias, em seu esforço para mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores. Como se percebe na análise de um outro trabalhador de padarias, publicada em 1908 no jornal *A Voz do Trabalhador*: “A lei de 88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, mais escravos do que foram os daquela raça, porque de todos os gananciosos e exploradores sobressaem os donos de padaria”

Nas décadas seguintes, quando o número e a diversidade – emigrantes estrangeiros, antigos artistas, ex-escravos, migrantes das áreas rurais – dos trabalhadores urbanos se ampliar, as experiências comuns a escravizados e livres na segunda metade do século XIX terão deixado marcas bastante significativas sobre o processo de formação da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

- BATALHA, Cláudio, 2000. "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária." *Cadernos do AEL*, nos. 11/12. Campinas.
- CHALHOUB, Sidney, 2003. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo, Cia. das Letras.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e, 2000. "Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930." *Afro-Ásia*, no. 24. Salvador.
- DUARTE, Leila, 2002. *Pão e liberdade: uma história de escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj/Mauad.
- LINHARES, Hermínio, 1977. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2a. ed. São Paulo, Alfa-Omega.
- LOBO, Eulália M. L., 1976. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC.(2 vols.)
- LONER, Beatriz Ana, 2001. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, Unitrabalho/EdUFPel.

- MATTOS, Marcelo B. (org.), 2005. *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. Rio de Janeiro, Faperj/Bom Texto.
- QUINTÃO, Antonia Aparecida, 2002. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo, Annablume/Faperj.
- REIS, João José, 1993. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*. No. 18. São Paulo.